

As contradições de uma gestão

*"Vamos repor integralmente as perdas salariais,
pois entendemos que isso é uma obrigação
mínima de um gestor competente"*

Promessa de campanha de João Natel, no Jornal *Expressão Universitária*, em agosto de 2010



**10,34% é o percentual
das perdas históricas**



»» Editorial

Na sociedade em que vivemos, nada possui mais valor que a força do trabalho. Máquinas quando se desgastam, geram mais gastos, enquanto que o trabalho, quanto mais aplicado numa mercadoria, mais valor ela terá.

Neste contexto, o trabalhador é visto pelo patrão como “mão de obra”, ignorando e até ocultando todo processo, que além das mãos, há desgaste dos braços, pernas, corpo e mente e o salário mal paga o desgaste das mãos. A cada nova exigência do capital, o estado sempre se organiza para que a sociedade funcione de acordo com os interesses dos patrões.

Na questão da saúde do trabalhador, não é diferente. Os governos, de mãos dadas com os patrões, estão sempre prontos a discutir a supressão de direitos e flexibilização de obrigações trabalhistas. Como exemplo podemos citar a reforma da previdência que criou regras, como o tempo contribuição, desrespeitando o tempo de serviço, alterando as regras para a aposentadoria especial, ocultando as reais condições de trabalho, e subtraindo direitos. É a linha de produção do serviço público, produzindo doentes e precarizando a vida dos trabalhadores.

Dentro das empresas, não é diferente e ainda pior. Vários instrumentos são criados e aplicados, atacando diretamente a saúde dos trabalhadores. São exemplos a implantação de uma PLR (Participação dos Lucros e Resultados) mal concebida, que pode funcionar simplesmente como um “chicote” para potencializar as metas de produção e aumentar o lucro, seja na forma de esteira mais veloz ou através de controles informatizados com lista de tarefas longas e prazos curtos.

Caso o trabalhador não cumpra as metas no horário normal

de trabalho, aplica-se ainda o famigerado banco de horas levando muitos trabalhadores a exaustão.

Estas e outras medidas que o capital e o lucro exigem, criam ciclos longos de trabalho e o trabalhador adocece. As doenças são das mais variadas: físicas, psíquicas e de origem ocupacional que é quando o trabalhador apresenta sintomas ocasionados pela atividade que exerce ou possui relação com ela.

Doente e refugado pelo patrão, o trabalhador procura o INSS que em muitos casos ignora suas reais condições de saúde, negando

Entre 2005 e 2010 Blumenau registrou 120 mil trabalhadores no mercado formal com 31 mil cadastrados como acidentes de trabalho. A pesquisa mostra ainda que todos os anos, 10% dos trabalhadores são afastados por incapacidade para o trabalho

muitas vezes o afastamento relacionado com o trabalho, ajudando o patrão a não reconhecer estabilidade e outros direitos legais. Outros instrumentos utilizados pelo INSS são a “alta programada”, onde um programa de computador decide, de forma estatística, o tempo de recuperação de cada doença, onde o trabalhador é devolvido ao mercado de trabalho sem condições de exercer plenamente suas atividades.

Os órgãos fiscalizadores do

trabalho também possuem sua parcela de culpa. As fiscalizações não punem, limitando-se, quando muito, a notificar as empresas, sem exigir mudanças para um ambiente seguro e saudável.

Em Blumenau, dados do CE-REST – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, do Ministério Público do Trabalho, INSS e de vários sindicatos da cidade, compilados no Banco de Dados em Saúde do Trabalhador sob coordenação da professora de Direito da FURB, Elsa Cristine Bevia, indicam que entre 2005 e 2010 temos 120 mil trabalhadores no mercado formal de trabalho com 31 mil cadastrados como acidentes de trabalho.

A pesquisa mostra ainda que todos os anos, 10% dos trabalhadores são afastados por incapacidade para o trabalho.

Os números mostram que a saúde do trabalhador em Blumenau está se transformando numa epidemia e que são necessárias políticas claras de reconhecimento e tratamento por parte dos órgãos oficiais do governo, melhor prevenção por parte das empresas, maior organização por parte dos trabalhadores, denunciando as empresas que se utilizam de práticas que comprometem a segurança e saúde do trabalhador. amuitos problemas e interesses que estão por trás desses bastidores.



Ajude a fazer o Expressão!

Participe deste espaço com textos, opiniões, fotografias, charges, etc... Entre em contato pelo e-mail ou telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretta Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)
Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Magali Moser (02353 JP-DRT/SC).

Diagramação e edição: Magali Moser

Projeto Gráfico: Leo Laps

Tiragem: 3.000 cópias.

Gráfica: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

Projeto Furb Federal

Entenda o que há por trás da luta em prol da federalização da universidade mais antiga do interior de Santa Catarina

POR PEDRO PAULO WILHELM, professor do Depto de Economia da FURB e ex-Coordenador da Comissão Técnica da FURB Federal

<pwilhelm@terra.com.br>

Rafaela Martins

A PARCERIA ENTRE A FURB E A UFSC

No dia 16 de agosto de 2011 a presidente Dilma anunciou um plano de criação de novas universidades em alguns estados e a expansão de vagas federais nas universidades federais já existentes. A esperada federalização da FURB não aconteceu, contudo, foi confirmada a expansão de vagas da UFSC no Vale do Itajaí. Ainda no mesmo dia, no final da tarde, reuniram-se o prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, o reitor da Furb, João Natel, o presidente do Comitê Pró-federalização, Clóvis Reis, o deputado federal Décio Lima, a deputada estadual Ana Paula Lima, o secretário da Educação Superior, Luiz Cláudio Costa, o diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Valmor Schiochet, e o reitor da UFSC, Álvaro Prata. Deste encontro, ficou estabelecido um prazo de trinta dias, para UFSC e FURB, em conjunto, apresentarem uma proposta capaz de viabilizar a inserção da FURB no plano de expansão de vagas da UFSC, no Vale do Itajaí.

Para estabelecer possibilidades e referências, foram indicadas comissões, da UFSC e FURB, para realizar visitas e intercâmbio de informações para fundamentar a elaboração de um plano. Representantes da UFSC realizaram uma visita à FURB dia 25 de agosto, para conhecer a estrutura e as instalações da universidade. A partir deste ponto, no meu entender, uma sucessão de acontecimentos afetaram significativamente a velocidade e a consolidação das diretrizes que fundamentariam a parceria:

- Dia 8 de setembro a primeira visita da comitiva da FURB à UFSC foi frustrada em função da ameaça de enchente que se confirmou no final de semana. Esta visita foi realizada dia 15 de setembro, quando finalizava o prazo para entrega da proposta conjunta.

Somente nesta oportunidade, foram especificadas pela UFSC as informações sobre cursos, estrutura e pessoal, que foram fornecidas até o dia 22 de setembro.

- A partir de outubro, a UFSC entrou num processo de eleições, que se estendeu até novembro. Somente dia 27 de outubro, a comitiva da UFSC, acompanhada do Reitor Álvaro Prata, realizou nova visita, para aprofundar e discutir algumas diretrizes da parceria, isto é, os fundamentos relacionados com o programa de expansão de vagas. Estas diretrizes começaram a evidenciar que a proposta de incorporação de vagas da FURB pela UFSC não convergia na direção das expectativas da FURB, pois considerava basicamente o uso provisório de salas até que os investimentos em instalações da UFSC fossem concluídos.

- Em 30 de novembro, foi eleita a nova reitora da UFSC, Roselane Neckel, contudo, para assumir o cargo



Marcha pela Federalização da Furb levou multidão às ruas, no primeiro semestre do ano passado

somente em 10 de maio de 2012. Em todo este período, não foi realizado pela nova gestão da UFSC um esforço relevante para avaliar as possibilidades de viabilizar ações conjuntas.

Em dezembro de 2011, o reitor em exercício, Álvaro Prata, protocolou um

No caso de Blumenau, a parceria com a FURB, seria neste sentido uma solução, pois as condições para realizar uma expansão de forma rápida e consistente estão disponíveis e dependem apenas de uma vontade institucional

documento para formalizar uma posição da UFSC no MEC em relação ao assunto. Contudo, este documento não foi previamente consolidado com a FURB e nem no Conselho Universitário da UFSC.

Estes foram alguns dos aspectos que certamente dificultaram a efetivação da parceria entre FURB e UFSC, seja no mérito como no prazo desejado. O que chama a atenção é o fato de que o processo de expansão de vagas

da UFSC em Joinville, Araranguá e Curitiba, passa por várias dificuldades operacionais de implantação. No caso de Blumenau, a parceria com a FURB, seria neste sentido uma solução, pois as condições para realizar uma expansão de forma rápida e consistente estão disponíveis e dependem apenas de uma vontade institucional.

A ACEITAÇÃO DO MEC

A disposição do MEC em avaliar uma proposta de viabilizar a oferta de ensino superior federal no Vale do Itajaí ficou estabelecida desde o início do processo. A efetiva e única questão considerada no MEC como barreira foi o termo federalização, pois existem muitas demandas neste sentido. Por esta razão, o MEC considera em princípio possível a incorporação da FURB pela UFSC, desde que esteja vinculado ao programa de expansão de vagas das universidades federais já existentes. Neste sentido, havendo disposição da UFSC para realizar uma expansão de vagas através de um processo de incorporação da FURB e atendidas às expectativas da FURB em relação a este processo de incorporação, esta parceria seria potencialmente viável. Por isto, considero esta parceria uma questão estratégica, que depende menos de questões técnicas e mais de vontade institucional, especialmente das lideranças da UFSC. Decididamente, até o momento não foi possível estabelecer o MEC como fator dificultador deste processo de incorporação.

A ACEITAÇÃO DOS PROFESSORES INTERNOS

Desde o início, as perspectivas de oferta de vagas de ensino superior federal no Vale do Itajaí, através da FURB, têm mobilizado positivamente a comunidade universitária. Mesmo tendo a perspectiva da federalização frustrada, o projeto de incorporação motivou debates construtivos sobre o futuro da FURB como universidade. Creio que talvez este seja o mais positivo e principal resultado deste projeto, pois a universidade necessita discutir e definir as bases para o seu futuro, com ou sem a parceria com a UFSC. De fato, a FURB necessita atualizar o seu planejamento estratégico bem como o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), exigido pela MEC as universidades. Neste sentido, os debates com as lideranças da FURB para estabelecer as diretrizes para a parceria entre FURB e UFSC possibilitaram dois importantes pré-consensos: 1) a necessidade de reorganizar os cursos por áreas de conhecimento e 2) a necessidade das áreas de conhecimento serem organizadas estabelecendo uma clara relação entre graduação e pós-graduação stricto sensu. Portanto, mesmo que a parceira FURB e UFSC não se viabilize no curto prazo, os debates e a clarificação sobre as perspectivas sobre o futuro da FURB como universidade além de oportunos permitiram alguns consensos que podem ser muito úteis para a consolidação do PDI.

Doce vitória no tratamento do diabetes

Trabalho desenvolvido por professoras da Furb busca promover o combate à discriminação de crianças e adolescentes com diabetes

POR CLÁUDIA REGINA LIMA DUARTE DA SILVA, Profa Dra do Departamento de Enfermagem da FURB e coordenadora do Projeto Integração Ensino Serviço e a Saúde do Adolescente do Programa de extensão Educação em Saúde

DEISI MARIA VARGAS, Profa Dra do Departamento de Medicina da FURB e coordenadora do projeto Atenção Integral a Criança e Adolescente com Diabetes – Doce Alegria do Programa de extensão Educação em Saúde

MARCIA DE FREITAS OLIVEIRA, Profa Dra do Departamento de Odontologia da FURB e coordenadora do projeto Doce Sorriso do Programa de extensão Educação em Saúde

NEVONI GORETTI DAMO, Profa Ms. do Departamento de Farmácia da FURB e coordenadora do projeto Diabetes Tipo I e Medicamentos do Programa de extensão Educação em Saúde.

VERÔNICA NUNES CASTANO, Bolsista do Programa de Extensão Educação em Saúde e graduanda do curso de Serviço Social da FURB.

VILMA M. SIMÃO, (ORG) Profa Dra do Departamento de Serviço Social da FURB, coordenadora do projeto Doce História em Quadrinhos e do Programa de Extensão Educação em Saúde

Esta breve exposição trata da metodologia de trabalho desenvolvida pela equipe de profissionais do Programa de Educação em Saúde, aprovado em Edital pela PROPEX. A equipe multiprofissional é composta por profissionais e acadêmicos com conhecimentos técnicos específicos e de carreiras diferentes da área de saúde, em interação produzem um resultado que não seria possível por nenhum dos profissionais isoladamente. A metodologia de trabalho da equipe começa com elaboração da agenda de atividades no e pelo conjunto dos integrantes, por meio de reuniões semanais e de atendimentos individuais aos sujeitos do cuidado. No fazer multiprofissional da equipe do Programa Educação em saúde, é realizada a socialização das experiências particulares de cada especialidade e as mesmas são analisadas no coletivo da equipe. Objetivando o cuidado apoiado e o autocuidado, como elementos de adesão ao tratamento, são analisadas e planejadas ações promotoras da condição de saúde do

sujeito do cuidado em questão. Pois, na adesão ao tratamento há diversas nuances: consumo de medicamentos, o acesso à alimentação adequada, apoio social ao cuidado e muitas delas nem sempre são perceptíveis numa única especialidade e quando há a interdisciplinaridade o olhar torna-se mais profundo. Por meio da troca de saberes com a socialização de experiências nas respectivas especialidades, a equipe compreendeu a riqueza do trabalho inter e multidisciplinar, onde as percepções disciplinares se juntam e passa-se a ver o sujeito cuidado na sua totalidade, possibilitando melhoria da condição de efetivação do cuidado integral. A equipe do Programa Educação em Saúde passou a se configurar como um trabalhador coletivo, munido de conhecimento ampliado da condição de saúde e vida do sujeito do cuidado. A materialização da equipe em um trabalhador coletivo enriqueceu o apoio ao cuidado e mais próximo se está da efetivação do princípio da integralidade.

São cinco os projetos que compõem o Programa Educação em Saúde: Dia-

betes Tipo I e Medicamentos; Atenção Integral à Criança e Adolescente com Diabetes, conhecido como Grupo Doce Alegria têm como objetivo a promoção do autocuidado de crianças e adolescentes com diabetes; Integração Ensino Serviço e a Saúde do Adolescente têm como objetivo desenvolver atividades de educação em saúde e instrumentalizar profissionais da saúde (Unidades de Saúde) e professores

Ações de exclusão, preconceito ou prática de bullying podem desestimular o autocuidado e, até mesmo, decorrer em comportamentos depressivos(...) A equipe decidiu desenvolver ações educativas no ambiente escolar com uso de material feito pelos integrantes do grupo Doce Alegria

dem desestimular o autocuidado e, até mesmo, decorrer em comportamentos depressivos. Conhecedora da intervenção do convívio saudável com amigos e colegas no equilíbrio glicêmico e da manifestação dos adolescentes portadores de diabetes da presença de preconceito a eles no ambiente escolar, a equipe decidiu desenvolver ações educativas no ambiente escolar, com uso de material preparado com a participação dos integrantes do Grupo Doce Alegria. O material de apoio aos debates é uma história em quadrinhos, no formato de vídeo, relatando a condição crônica e a vida cotidiana de um adolescente com Diabetes do Tipo 1.

Visando o empoderamento do autocuidado e o apoio ao cuidado pelos colegas e amigos aos portadores de diabetes do tipo 1, o projeto informa a comunidade escolar sobre o que é a Diabetes, suas implicações e como lidar com essa condição crônica.

Com a reflexão do como lidar com condição crônica e da importância do apoio ao cuidado, o projeto visa romper com os preconceitos, ou até mesmo com a prática de bullying, que atualmente atinge as crianças e adolescentes portadores de diabetes.

O conteúdo da história do João, disponível no YouTube (http://www.youtube.com/watch?v=_seLkGiVReg ou <http://www.youtube.com/watch?v=sQZn72RdtNI&feature=related>), foi produzido com a participação dos adolescentes participantes do Grupo Doce Alegria. Depois de organizada, foi apresentada em formato de cartilha impressa e no de filme para a análise e aprovação dos participantes do Grupo. Então, no mesmo tempo que este material serve para trabalhar o preconceito junto aos colegas da escola e construir bases objetivas e subjetivas para o apoio ao cuidado, buscou o empoderamento para o autocuidado, valorizando a participação dos adolescentes na produção de materiais educativos para o apoio ao cuidado. Por outro, a produção deste material só foi possível pela participação intelectual de uma equipe que atua inter e multidisciplinarmente.

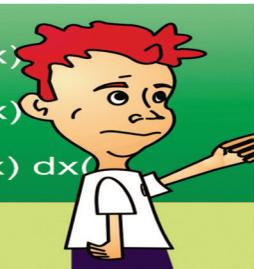
para o diálogo com os adolescentes; Doce Alegria em quadrinhos tem como objetivo a superação do preconceito às crianças e adolescentes portadores de diabetes e o Doce Sorriso assistência e promoção do cuidado bucal. E para exemplificar o trabalho da equipe é apresentado o Projeto História em Quadrinhos.

DOCE HISTÓRIA EM QUADRINHOS

O autocuidado apoiado, segundo Mendes (p. 341, 2011), acontece com efetividade quando há também o apoio de amigos, colegas e de recursos comunitários, no caso, da escola, os quais podem contribuir na construção do plano de ação para o autocuidado. Contudo, o inverso é verdadeiro. Ações de exclusão, preconceito ou prática de bullying po-

PERSONAGENS CUIDADORES

FAMÍLIA E AMIGOS



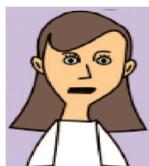
João



Mãe



Rafa



Juju



Professor

EQUIPE PROFISSIONAL



Enfermeira



Assistente Social



Médica



Nutricionista



Odontólogo

Desde pequena, eu senti na pele o esforço que minha mãe fez pra trabalhar e tomar conta de mim. E tive que dividir minha mãe com a Teka, mas minha mãe me fez entender que tinha que ser assim, e eu achei justo. É que eu não acho justo, é o que a Teka fez com ela e seus companheiros. A Teka não deu valor ao que fizeram esses anos todos de dedicação.

QUANTA INJUSTIÇA!

Quando minha mãe entrou na Teka eu tinha 3 aninhos.

Agora eu tenho 14 anos.

Teka demite 209 e não paga verbas rescisórias

POR MAGALI MOSER, jornalista do SINSEPEs

< magali.moser@gmail.com >

Cartaz da foto acima chamava a atenção em meio à multidão. Levado por uma das manifestantes presente na passeata em prol dos trabalhadores da Teka, dia 30 de agosto, nas ruas centrais de Blumenau, traduzia a indignação de quem se vê diante de uma injustiça. A empresa demitiu um total de 209 trabalhadores no mês de agosto. Foram 138 empregados em Blumenau e 71 em Indaial. Em julho deste ano, os trabalhadores receberam o pagamento com sete dias de atraso. Em agosto, foram 15 dias de atraso.

Para impedir que a situação se agrave, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem (Sintrafite) promoveu várias manifestações com o objetivo de denunciar o caso à população.

A direção da empresa propôs aos trabalhadores o pagamento da rescisão trabalhista em 16, 24 ou 36 parcelas. A proposta dos trabalhadores é receber tudo no máximo em seis vezes. Reunidos em Assembleia, decidiram ir à luta para exigir o pagamento imediato.

Segundo a Teka, as demissões ocorreram sob a alegação de cortar custos e porque a empresa passaria por uma reestruturação. Os trabalhadores, entretanto, questionam como a empresa, que se diz em crise, continua a contratar. Até o fechamento desta edição, a Comissão dos Trabalhadores Demitidos da Teka assegurava que foram 53 os novos contratados desde a demissão dos 209 trabalhadores.

A maioria dos trabalhadores demitidos tinha acima de 15 anos de casa.

É o caso de Janete Núncio Machado, 50 anos, 30 dos quais dedicados à empresa. Costureira de roupões do Setor de Manufaturas, ela afirma que os trabalhadores permanecerão firmes na luta para tentar receber seus direitos:

- A preocupação agora é que a Teka se torne uma nova Sulfabril - desabafa, ao fazer referência à empresa cuja falência foi decretada em 1999 e os trabalhadores ainda aguardam o pagamento do que lhes é devido.

Segundo o Sintrafite, a dívida da Teka ultrapassa R\$ 6 milhões, entre verbas rescisórias e fundo de garantia. Depois da situação, o Sindicato registrou alto índice de pedidos de rescisões indiretas por parte dos trabalhadores que temem não receber seus direitos.

Rubens Gonçalves, 46, também está entre os trabalhadores demitidos. Foram sete anos e meio de empresa.

- O que fizeram conosco é uma irresponsabilidade tamanha! A gente fica pensando onde está a Justiça numa hora dessas! Se a gente deve R\$ 10, não descansa até pagar a dívida. Dá uma revolta muito grande - reflete, indignado.

- O Sindicato tem feito todas as ações judiciais necessárias e, mantendo, os trabalhadores unidos, a grande intenção é pressionar a empresa para que ela faça uma proposta no mínimo razoável - alerta o advogado do Sintrafite, Osmar Packer.

A Teka está entre as maiores empregadores têxteis da região, seguida da Hering, Karsten e Coteminas. No entanto, não é a primeira vez que a empresa atrasa o pagamento, o décimo terceiro e as férias dos trabalhadores.



Fotos Magali Moser



Participação de professores e alunos da Furb, no Grito dos Excluídos 2010

Foto: Daniel Zimmermann

Estudantes e a condição pública da FURB

Seria a FURB pública apenas uma narrativa exageradamente positivada e baseada em patrimônio e funcionários? Quando os acadêmicos beneficiam-se da condição de universidade pública da FURB?

POR MÁRCIO JOSÉ CUBIAK, graduado em Ciências Sociais, pela FURB; Mestrando em Desenvolvimento Regional, pela FURB

<marciocubiak@gmail.com>

Mais uma vez, a contradição entre a condição pública da FURB e o meu bolso entraram em atrito. Numa ocasião, fiquei dois anos sem estudar e mais um ano e meio para arrumar o currículo porque “não teve negociação”. Agora, com a dissertação pronta, viro assunto de empresa de cobrança. É preciso aprofundar o debate sobre esta contradição da Universidade, porque se eu me perguntar quais os benefícios do acadêmico em relação à FURB pública, o que poderia ser apontado?

Ah, ok, mas se não fosse pelos pagamentos efetuados pelos estudantes, o grosso do financiamento da Universidade, não haveria Universidade. Fato! Porque, então, se alimentou esse monstro grotesco, um tanto público e muito privado?

É grotesco porque a FURB é uma Universidade que sempre procurou se beneficiar do “rótulo” público, mas sempre agiu e as gestões da Universidade sempre aprofundaram esta contradição: pública, mas sem as/os acadêmicas/os não se teria condições de manter a FURB aberta. Nas gestões FHC/Paulo Renato de Souza rolou carta branca para a aproximação entre Instituições de Ensino Superior e os programas de resgate de dívida. E foi a única “criatividade” no financiamento que a FURB procurou desenvolver: desde então, ser acadêmico da FURB é sinônimo de boleto e relacionamento com empresas de cobrança. Do ponto de vista acadêmico, o benefício de se estudar numa universidade pretensamente pública, na verdade, se mostra

uma maldição. O ônus principal fica na jugular do acadêmico. Se não paga, não se forma. Aí, neste momento, recorre-se à condição pública da isonomia para aplicar as penalidades aos acadêmicos e o gentil endereçamento às empresas de cobrança.

Por exemplo, porque, se a FURB representa um “sonho do Vale do Itajaí”, os municípios que se beneficiaram da existência dessa instituição, esses mesmos municípios, lideradas pela FURB, não discutiram um modelo de financiamento público regional? Quais outros modelos possíveis deixaram de ser discutidos?

Optou-se, claro, por sustentar um modelo nascido insustentável, o monstro grotesco de anteriormente, baseado nas casas de cobrança e nas mensalidades, por ser mais fácil. Roubou-se o futuro para sustentar algo já com seus limites. E agora, recorre-se aos acadêmicos como a primeira linha de defesa da Federalização da FURB. Se dependesse só da arrecadação das mensalidades, a FURB não seria tão superior a qualquer outra instituição de ensino superior. Mas ela se beneficiou com esta condição de pública. O financiamento a programas, projetos e estruturas foi bancado, acima de tudo, por convênios e repasses de governos estaduais e federais de épocas distintas. Retire esses aportes externos e refaça a FURB.

Acho sempre bacana entender à narrativa que as Instituições fazem de si mesmo para justificar suas ações. Determinadas narrativas tornam-se repetições vazias, mas sempre de cunho positivo, porque instituição alguma

quer elemento nocivo na sua imagem. E assim, a FURB construiu a “imagem de universidade pública” que, conforme a canção trouxe “dores e delícias”. As delícias foram compartilhadas, enquanto as dores ficaram com os acadêmicos e instâncias de governo que lavam as mãos em reuniões de gabinete. Quer dizer, ficou com os estudantes.

E agora, diante desse choque de gestão e realidade, apercebo-me que a FURB não está interes-

Apeguei-me à ideia da federalização sem considerar estes custos éticos que correm na história da FURB? Por que não poderíamos ter uma nova instituição pública de ensino federal em Blumenau?

sada na minha produção acadêmica. Quer dizer, ela está interessada em que medida que esta mesma produção poderia fundamentar indicadores para balizar projetos de captação de recursos externos da FURB. Mas é apenas um interesse burocrático. E se eu for um bom pagador ou tiver meus títulos acadêmicos validados primeiro pelas casas de cobrança de dívidas, a FURB poderá se apropriar da produção intelectual acadêmica para florir currículos de professores que, por fim, criarão outros

indicadores que sustentarão novos projetos de captação de recursos em outras instâncias.

Você entendeu? Nessa dinâmica, o acadêmico é apropriado financeira e intelectualmente para sustentar a insustentabilidade do que é a FURB. O acadêmico, por um lado, banca através das mensalidades; de outro lado, a sua produção (desde que receba OK da tesouraria) vai fundamentar bons projetos para outras coisas. O que se diz por aí, se o projeto da Federalização não vingar? Que a FURB tende a diminuir.

Por fim, me pergunto enquanto ressentido, mas, também, como cidadão: Apeguei-me à ideia da federalização sem considerar estes custos éticos que correm na história da FURB? Por que não poderíamos ter uma nova instituição pública de ensino federal em Blumenau? A Federalização da FURB é uma proposta, acima de tudo, corporativista? Quantos iguais a minha pessoa nessa condição tiveram as “dores” das casas de cobrança? Quais as implicações da criação de uma nova Universidade Federal em Blumenau, realmente pública? Quais os prejuízos para Blumenau com a criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí?

Não tenho respostas a estas questões, e pode parecer coisa de ressentido. Mas, a partir de agora, vou procurar entender mais a proposta de criação desta nova universidade. Por duas vezes senti o peso da “FURB pública” e sua contradição. A ética da FURB é a ética do Serasa? Quando eu uso a Constituição e quando uso o Código de Defesa do Consumidor?

Seria o gestor incompetente?

As contradições entre as promessas de campanha e a gestão do reitor João Natel Polônio Machado

Em entrevista ao Expressão Universitária em agosto de 2010, quando concorria à reitoria da universidade, o então candidato professor João Natel prometeu zerar todas as perdas históricas dos servidores. O compromisso assumido era uma das principais bandeiras da campanha que rapidamente se espalhou pelos corredores da universidade com grande expectativa. Na época, Natel fez a seguinte promessa na entrevista concedida ao SINSEPES:

“Vamos repor integralmente as perdas salariais, pois entendemos que isso é uma obrigação mínima de um gestor competente. Propomos uma gestão com bastante diálogo, transparente através de um fórum permanente de gestão no sentido de desenvolver uma cultura de planejamento e gestão dos recursos financeiros, com austeridade e responsabilidade.” Disse ainda que propunha um árduo e incessante trabalho de racionalidade nos processos administrativos, para a redução de custos e desperdícios (...). Natel avaliou na época que a maior crise instalada é a da credibilidade, pois concluiu que a então gestão não soube explicar o porquê da não reposição das perdas e insistentemente negava uma auditoria externa de suas contas (...). O SINSEPES quer saber: onde está a auditoria externa que também foi prometida na sua campanha?!

NEGOCIAÇÕES SALARIAIS ESCANCARAM CONTRADIÇÕES

No entanto, na negociação salarial em março de 2012, a reitoria argumentou que não poderia cobrir as perdas históricas por elas não estarem incluídas no orçamento 2011/2012. Novamente, na reunião do Conselho Universitário (CONSUNI), dia 16 de agosto, quando a previsão do orçamento para 2013 esteve em pauta, as perdas históricas mais uma vez não foram contempladas.

O assunto nem sequer foi mencionado. E agora, Natel, como se explica a contradição, considerando que as perdas não foram previstas por dois anos consecutivos e nem a auditoria externa realizada. Seria o gestor incompetente?

REGULAMENTO

Art. 1 - Este regulamento é formulado pela diretoria do SINSEPES, visando normatizar e dar transparência à publicação de entrevistas com os candidatos à Reitoria da FURB em 2010. Sua distribuição é realizada em reunião na sede do SINSEPES às 18h do dia 30 de julho de 2010, para a qual foram convocados representantes de todas as chapas inscritas.

Art. 2 - As entrevistas, precedidas pela apresentação dos candidatos, serão publicadas entre as páginas 4 e 13 do jornal Expressão Universitária número 12, de agosto de 2010. Toda a publicação referente às entrevistas ocorrerá sem distinção da fonte utilizada (a critério do Expressão Universitária) e monocromática.

Art. 3 - As perguntas serão entregues aos candidatos juntamente com o presente regulamento sob duas formas: 1) por escrito; 2) por correio eletrônico, em endereço fornecido pela representação das candidaturas, durante a reunião de distribuição do regulamento.

Art. 4 - Cada candidato receberá 13 (treze) perguntas. As perguntas devem ser respondidas separadamente com a limitação total de 13 (treze) mil caracteres (incluídos os espaços) para responder a todas. A priorização de temas na extensão das respostas é de responsabilidade dos candidatos.

Art. 5 - Todas as respostas devem ser enviadas por extenso sem citações de itens separados linha a linha. A utilização de parágrafos é permitida e contado cada separação como 1 (um) caractere.

Art. 6 - As respostas devem ser entregues em formato escrito e em formato eletrônico (pelo endereço sinsepes@sinsepes.org.br, disco ou pendrive) impreterivelmente até o dia 3 de agosto de 2010, terça-feira, às 21h horas na sede do SINSEPES.

Art. 7 - Juntamente com as respostas deverá ser entregue uma curta apresentação do candidato (composta por no máximo setecentos caracteres, incluídos os espaços) e uma foto de rosto do candidato para publicação. A foto deverá apresentar a resolução mínima de 200 dpi e será publicada com a apresentação com o tamanho 9x7 cm (vertical). A mesma foto será reproduzida em formato menor acompanhando cada resposta.

Art. 8 - A diagramação será de responsabilidade do Expressão Universitária e da diretoria do SINSEPES, seguindo modelo anexo entregue com o regulamento. A quantidade de perguntas publicadas em cada página será definida de acordo com a quantidade de caracteres da resposta dos candidatos. Poderá ser alterada a ordem de publicação das perguntas, seguindo o mesmo critério.

Art. 9 - A publicação das apresentações seguirá a ordem correspondente ao número da chapa, ambas na mesma página. A distribuição das respostas, conforme modelo anexo atenderá aos critérios da diagramação, de acordo com a quantidade de caracteres enviados pelos candidatos.

Art. 10 - O prazo de entrega não será estendido e não haverá tolerância quanto ao atraso. Caso o candidato não entregue as respostas no prazo devido ou nos formatos estabelecidos por este regulamento, suas respostas não serão publicadas e o leitor será informado da não entrega a cada pergunta.

Art. 11 - As respostas do candidato serão publicadas na íntegra e sem correções, desde que não ultrapassem o limite total estabelecido neste regulamento. Todos os caracteres entregues a partir do limite serão excluídos e não publicados, sendo identificado em cada pergunta subseqüente que o candidato desrespeitou o limite estabelecido.

Art. 12 - Caso o candidato não responda a alguma das perguntas esta conterá a sentença “Candidato não respondeu.” Ao lado da foto.

Art. 13 - Casos não previstos neste regulamento serão decididos pela diretoria do SINSEPES.

O que eles planejam para a Universidade

Na reta final das eleições para reitoria da Furb, Sinsepes publica oito páginas de entrevista com os três concorrentes ao cargo. Confira aqui os planos de Romero Fenili, Valmor Schiochet e João Natel.



ROMERO
chapa 1

Em 2006, a FURB estava com a sua situação financeira comprometida, com reservas insuficientes para os compromissos então contratados - a exemplo de obras e dívidas de médio e longo prazos. Nestes quatro anos, foi preciso um trabalho de saneamento financeiro da Instituição, o que impediu a aplicação de uma política de reposição salarial da forma de que se gostaria, em todos os anos. Essa medida de contenção permitiu reduzir o desequilíbrio de caixa e o endividamento e honrar os compromissos. Mesmo assim, a proposta é ser criativo e buscar formas de aumentar a receita, através de fontes alternativas e de parcerias para financiamento de programas institucionais, além de controlar as despesas, aprimorar ações para diminuir a evasão e incrementar a qualidade do ensino. Com essas medidas, sem perder de vista os cenários da Educação Superior, será possível sim avançar na política salarial.

Considerando a crise financeira da FURB, as perdas salariais acumuladas e já reconhecidas, que hoje superam 11% e a não reposição salarial aplicada à inflação de 2009, qual será sua política de recuperação salarial para os trabalhadores da instituição?



VALMOR
chapa 2

Reconhecemos a situação de crise e de incertezas que caracteriza o atual momento da nossa Instituição. Neste contexto, os primeiros penalizados são os servidores. Mantido o atual cenário, a crise se aprofundará ainda mais no próximo ano, o que dificultará a imediata reposição de todas as perdas. Entretanto, vamos alterar este quadro, invertendo a lógica de gestão. A contenção de custos começará de cima para baixo, com a redução do valor das gratificações e o controle dos desperdícios decorrentes de contratos desnecessários, ou da falta de supervisão dos mesmos. Por outro lado, o ingresso de recursos será resultado da valorização dos estudantes, do maior envolvimento da nossa Instituição com a comunidade regional, da negociação de recursos junto aos Poderes Públicos municipal, estadual e federal. Com nosso modelo de gestão, de uma FURB Pública, Democrática e Humana, vamos garantir as condições para que todos os direitos sejam assegurados ao longo da nossa gestão.



NATEL
chapa 3

Vamos repor integralmente as perdas salariais, pois entendemos que isso é uma obrigação mínima de um gestor competente. Propomos uma gestão com bastante diálogo, transparente, através de um fórum permanente de gestão, no sentido de desenvolver uma cultura de planejamento e gestão dos recursos financeiros, com austeridade e responsabilidade. Propomos um árduo e incessante trabalho de racionalidade nos processos administrativos, para redução de custos e desperdícios. Um ensino médio e de graduação forte, e a ampliação de pesquisa de iniciação

científica, e atividades de extensão, são medidas importantes para diminuir a evasão de alunos, e consequente perda de receitas. No entanto penso que a crise maior instalada é a da credibilidade, pois a atual gestão não soube explicar o porquê da não reposição das perdas e insistentemente nega uma auditoria externa em suas contas. Há também o não planejamento, obras inacabadas, instalações precárias, improviso em muitas das ações, o que gera gastos desnecessários e desperdícios.



SC em Vermel

POR **JULIANA ADRIANO**, Docente do departamento de Ciências Sociais e Filosofia/
FURB, integrante do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC)

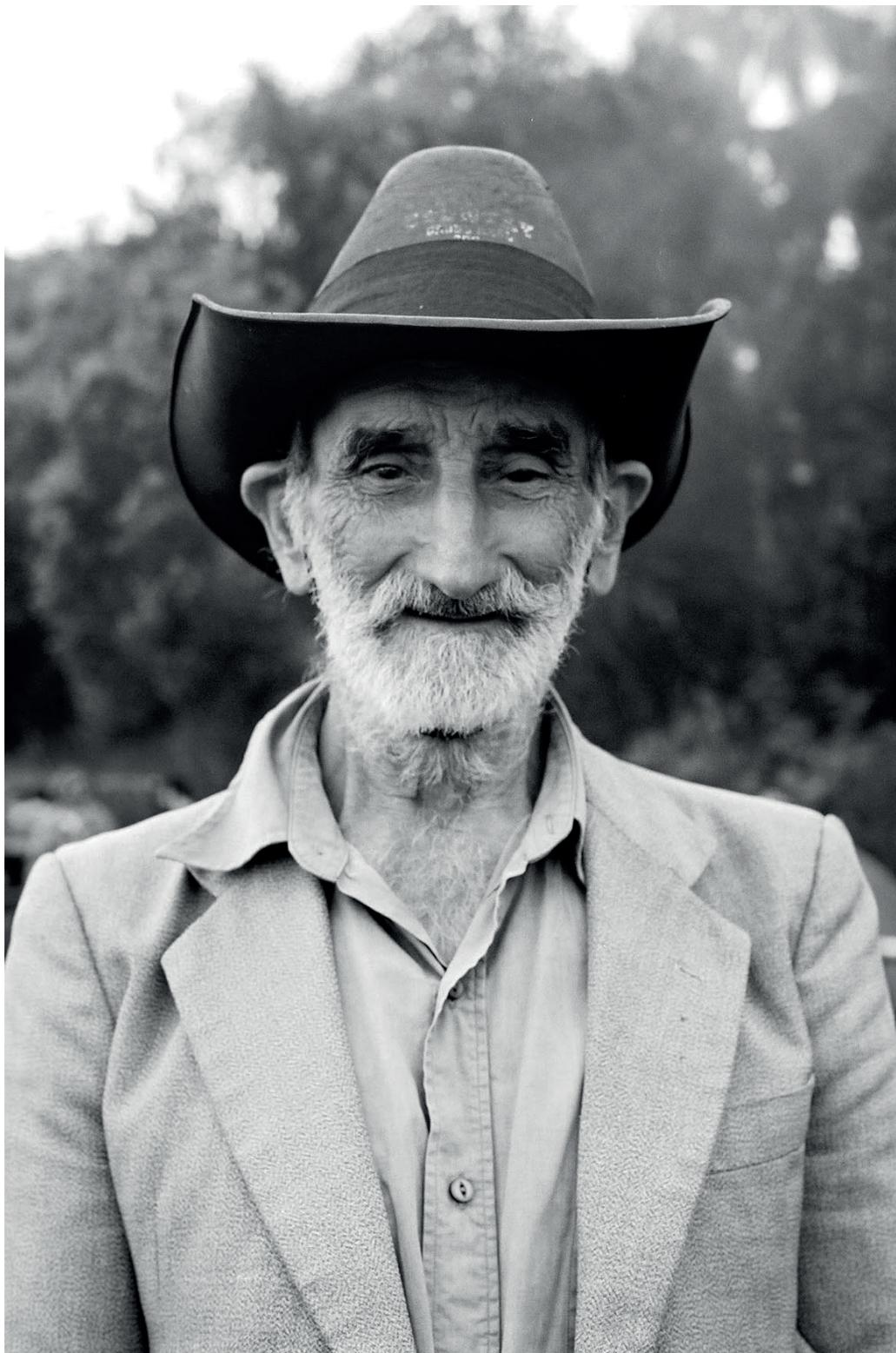
< jua.sociologia@gmail.com >

De quem seria a terra? Seria uma terra sem dono? Seria uma terra com muitos donos? Seriam todos donos da terra? Alguns viviam lá, eram índios. Outros chegam para lá viver, eram europeus. Naquele tempo, de pouco se vivia. Aí veio a Lumber, construir a estrada de ferro. E o Estado esqueceu de lembrar, que não se dá terra que já se deu. Vieram então os trilhos, se sobrepondo a tudo que havia no caminho. Terminada a estrada, de tão grata e de bolsos tão cheios, a Lumber doou sua sede ao Estado. Voltaram os agricultores a plantar, e, dessa vez, conseguiram os títulos de suas terras. Mas... eis que em tempos de ditadura militar: veio o exército. Primeiro treinou retirada, retirando todos que ali moravam, sem quase ninguém indenizar. Depois treinou tiro com seus canhões, rumo as casas que restavam. Hoje sua sede é a antiga sede da Lumber. E arrenda aos fazendeiros suas terras - quer dizer, nas terras da União, logo terras do povo brasileiro. Florescem ali plantios de soja. Seriam elas transgênicas? Agora voltam os camponeses, querem de novo suas terras, querem terras para plantar. O único jeito que vêem? Ocupar! E juntos entoam o grito: "Pátria Livre! Venceremos!"

18 de abril de 2007
Juliana Adriano

* Em terras do Contestado, no município de Papanduva, mais uma terra em disputa. E em memória ao massacre do El Dolorado dos Carajás, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) ocupou a referida área entre os dias 16 e 17 de abril de 2007. Fez-se assim mais um Abril Vermelho.





elho

Ensaio fotográfico: Juliana Adriano



Bem estar ameaçado

Professor alerta para tentativas de descaracterização das históricas conquistas do modelo de Bem-Estar Social nórdico

POR MAGALI MOSER, jornalista do SINSEPEs

< magali.moser@gmail.com >

REVISÃO: JORGE GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA,
professor de Ciências Sociais da FURB

< jorgegbo@furb.br >

O professor dinamarquês, Lars Bohn, de visita à FURB a convite da coordenação do curso de Ciência Sociais, palestrou no auditório do Bloco T, dia 17 de julho, sobre os modelos de Estado de Bem-Estar Social, os processos sociopolíticos de construção, seus benefícios e a batalha para mantê-los. Em outra palestra, evidenciou a proposta institucional da Roskilde Universitet, denominada Universidade-projeto, em que os departamentos formam-se a partir de projetos multidisciplinares, e as carreiras universitárias dividem suas cargas horárias de ensino/pesquisa-extensão meio a meio.

As reflexões que Bohn nos deixa instigam a pensar criticamente nossa sociedade. No auge da grande depressão dos anos 1930, a Dinamarca encontrava o seu caminho democrático para o bem-estar. Mas, ali ao lado, na Alemanha, no mesmo janeiro de 1933, Hitler chegava ao poder, implantava o totalitarismo nazista, o qual levaria à Segunda Guerra Mundial e ao Genocídio. Dois caminhos com resultados radicalmente diferentes.

A seguir, a entrevista que o professor Lars concedeu ao Expressão Universitária.

Palestra na FURB com o professor Lars Bohn, da Dinamarca, sobre a situação da Europa diante da crise mundial

SINSEPEs - Como está a situação da Dinamarca diante da crise econômica mundial?

LARS - Desde 2001, tínhamos um governo de direita, formado pelos seguintes partidos: O Liberal e o Conservador, com apoio do Partido Popular Dinamarquês, um partido conservador-nacionalista. Esse governo baixou os impostos, especialmente para os ricos e a classe média alta. Naquele período, economia crescia fortemente, o desemprego era baixo (cerca de 2%), e havia o risco de que tal política a aquecesse e gerasse inflação, mas esta orientação tinha aceitação popular. O motivo declarado era aumentar a oferta de força de trabalho que, segundo a maioria dos economistas, futuramente cairá em razão do envelhecimento médio da população.

Quando veio a crise, isto resultou na mudança da situação do orçamento de Estado, que foi de superavitária para deficitária. O Estado passou a ter menos margem para empreender uma política expansiva, com vistas a impulsionar a economia. O desemprego cresceu moderadamente, para uns 5%, e a economia entrou em recessão. O desemprego em si não é tão grave – o que é grave é que ele incide principalmente sobre os jovens. Aproximadamente 50% dos que saíram das Universidades, um ano depois, mantêm-se desempregados. No debate público, discute-se o risco de se perder uma geração, a qual arrisca cair na precariedade, com empregos temporários, e na periferia do mercado de trabalho. Imagina a situação: tu estás formado e desempregado há um ano, e uma nova leva de estudantes já termina seus estudos e passa a competir contigo pela obtenção de trabalho. O risco é que o

empregador contrate aquele que recentemente saiu da faculdade, e tu continues desempregado por mais e mais tempo.

O governo de direita não implementou uma política expansiva, e foi derrotado na eleição nacional de setembro de 2011. Foi substituído por uma coalizão de centro-esquerda, formada pelos partidos Social-Democrata, Popular Socialista e Social-Liberal, apoiado pela Lista Unitária, um partido semelhante ao brasileiro PSOL.

Este governo tomou pequenas medidas expansionistas, porém, em geral, está continuando a política econômica do antigo governo: baixando os impostos e as despesas, proibindo a criação de novos empregos públicos. Parte do problema

O desemprego em si não é tão grave – o que é grave é que ele incide principalmente sobre os jovens. Aproximadamente 50% dos que saíram das Universidades, um ano depois, mantêm-se desempregados

é que aquele mencionado rebaixamento da carga fiscal não foi acompanhado de equivalente diminuição da despesa pública, o que deixou o Estado sem meios para enfrentar a crise. Foi um erro enorme e, de verdade, a situação é semelhante àquela de 1973, após um período de grande expansão do Estado de Bem-Estar

Social, cuja sustentação nem a direita nem a esquerda quis financiar através do aumento de impostos. Em 1973 houve a crise do petróleo, que jogou a Europa, inclusive a Dinamarca, numa recessão que resultou em dívida pública e déficit da balança comercial, o qual só foi resolvido na década de 1990.

SINSEPEs - Qual é a base da economia dinamarquesa hoje?

LARS - Descrever a economia da Dinamarca resulta complexo. Claro, trata-se de um país avançado, desenvolvido, mas não temos muitas grandes empresas conhecidas, nem um setor dominante. A economia é pequena e aberta, composta por um grande número de companhias com dimensões reduzidas, e poucos empregados. Um setor significativo da economia, embora poucas pessoas nele trabalhem, é a agricultura. O País produz muitos produtos agrícolas e a exportação é grande. Outro setor importante é a construção civil. Temos várias grandes construtoras, que também fazem projetos no Exterior. Há indústrias ligadas a este ramo de atividade que também exportam seus produtos. Ademais, temos diversas companhias menores que fazem produtos sofisticados, quer para a indústria, quer para o consumo. Uma, que possivelmente é conhecida dos idosos e de outras pessoas com problemas auditivos, por exemplo, é a Oticon, por produzir aparelhos de ampliação sonora. No entanto, o maior setor da economia é o de serviços.

O setor público também é grande. Pertencem-lhe quase todas as escolas, hospitais e universidades, assim como grande parte dos serviços de transporte – por exemplo, os trens que circulam por quase todas

as partes do País – de rádio e de televisão. Também são estatais os serviços de água e esgoto. As rodovias e auto-estradas são conservadas pelo Estado, sem cobrança de pedágio. De fato, até 50% da economia é pública.

SINSEPEs - Quais os desafios que o seu país enfrenta diante do cenário de crise?

LARS - O desafio maior é evitar uma geração perdida, e manter nosso Estado de Bem-Estar Social. Não há maior perda em uma economia do que pessoas que não trabalham – tornam-se não-produtivas, caem na pobreza e requerem muitos gastos sociais. Uma geração que acaba por não ter boa conexão com o mercado de trabalho, enfraquece sua auto-estima e perde suas qualificações. Além de serem menos produtivos, são também infelizes. É preciso, portanto, um grande choque keynesiano na economia. Ou seja, o governo tem de investir bastante para gerar procura pela força de trabalho qualificada.

Isto tem de ser uma operação concertada com os outros países da Europa. Do contrário, receio que o efeito não será significativo, porque a economia dinamarquesa é muito aberta e, ao mesmo tempo, existe o risco de que o mercado reaja negativamente em razão da dívida pública, que crescerá. É um sinal positivo que o recém-empossado presidente francês, o socialista François Hollande, tenha esta política em sua agenda. Quando a economia entrar em recuperação, será tempo de diminuir a dívida.

Agora, o governo dinamarquês está procurando uma política neoliberal, que ameaça nosso Estado de Bem-Estar Social, e pode acabar destruindo a solidariedade em nossa

sociedade. Isto é um grave perigo. A solidariedade entre os vários grupos de uma sociedade não é construída facilmente. É um processo longo, que precisa ser nutrido, mas que não é o objetivo das grandes empresas. Elas têm interesse em aceder a uma força de trabalho precária, e barata.

SINSEPEs - Vista do resto do mundo, as condições sociais na Dinamarca impressionam: todo recém-nascido tem vaga garantida nas creches a partir dos seis meses de idade; a saúde e a educação são gratuitas em todos os níveis; os idosos recebem cuidados em domicílio. A que atribui este panorama?

LARS - O Estado de Bem-Estar Social é resultado de luta, e ainda hoje é assunto de luta. Os primeiros passos foram feitos há mais de cem anos, mas no começo ele era muito embrionário. O avanço inicial, que indicou o empenho social de integrar todo o povo, mesmo os excluídos, foi feito em 1933, no meio da grave crise daqueles anos. Na Dinamarca, mais de 40% dos trabalhadores estavam desempregados. Não foram, no entanto, apenas os trabalhadores que sofreram. Os rendimentos eram decrescentes no setor agrário, o qual, naquela época, ocupava a maior parte da população.

Neste quadro, o Social-Democrata, que era o partido dos trabalhadores – e naquela época tinha apoio de aproximadamente 40% do povo –, em governo de coalizão com o Partido Social-Liberal, conseguiu chegar a um acordo com a maior agremiação de direita, o Partido Liberal (*Venstre*), que então representava os interesses dos camponeses. Este compromisso histórico, denominado *Kanslergadeforliget* (O Acordo da Rua do Chanceler), porque aconteceu no apartamento do primeiro-ministro, que se localizava nesta rua, foi resultado de uma longa negociação, a qual demorou até a madrugada do dia 30 de janeiro de 1933. Depois de a esposa do primeiro-ministro ter distribuído charutos e servido cachaça aos políticos, eles o conseguiram. Suas condições ajudaram bastante os trabalhadores e os camponeses. Este acordo pode ser considerado a fundação de nosso Estado de Bem-Estar Social.

Hoje em dia, várias pesquisas mostram que há solidariedade social. Os altos impostos recebem apoio do povo, contanto que as pessoas se sintam confiantes de que o dinheiro arrecadado vai para a manutenção de um Estado de Bem-Estar de alta qualidade (bons hospitais públicos, boas escolas, boas universidades, boas estradas, etc.) e bons arranjos sociais para aqueles que passam por apuros.

SINSEPEs - Que perspectivas podem ser vislumbradas nesta conjuntura?

LARS - Em razão do mencionado, o nosso Estado de Bem-Estar Social recebe apoio popular, e nenhum partido político tem coragem de atacá-lo abertamente. O que faz a direita é lentamente minar os fundamentos da solidariedade. Por exemplo, permitir alternativas privadas ao serviço público, de modo a que os que tenham condições de pagar possam evitar a fila nos hospitais mantidos pelo Estado. Aí, estes setores po-

dem perder o interesse em manter a alta qualidade do serviço público, arriscando-o a tornar-se um setor residual, só para quem não pode pagar. É importante evitar tal situação.

Ao mesmo tempo, a direita está lançando um discurso econômico, dizendo que não é mais possível continuar a pagar por este Estado de Bem-Estar Social. Isto é um absurdo! A Dinamarca nunca foi tão rica quanto é hoje em dia. A economia é forte. Embora a crise da zona euro afete o País, a sua economia está bem. Por exemplo: o Banco Central resolveu definir juros negativos para a coroa dinamarquesa (nossa moeda). O objetivo é impedir tanta valorização, provocada pela fuga dos investidores do euro, que buscam proteção em outras moedas. A forte valorização dificulta a exportação e a competitividade de nossos produtos no mercado mundial. O problema é que nenhuma fórmula isolada é alternativa ao que se apresenta. É preciso uma forte articulação, não só na Dinamarca, mas mundial, para que se consiga encontrar e construir o caminho alternativo. Como dizia o sociólogo Pierre Bourdieu: o pensamento neoliberal está deixando de ser *doxa*¹ – isto quer dizer que está sendo percebido como “lei da natureza”, uma coisa que não se discute – mesmo que ele realmente seja uma construção política.

Então, o desafio é criar e manter uma visão alternativa, de modo a que possamos preservar as conquistas populares, e outros povos também possam construir modelos que gerem benefícios alargados.

SINSEPEs - Uma de suas palestras na FURB foi sobre A CONSTRUÇÃO E OS EFEITOS DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NA DINAMARCA. Poderia sintetizar o tema?

LARS - Há três tipos de Estado de Bem-Estar Social nos países ricos. O da Dinamarca, e dos outros países nórdicos, pode ser chamado de modelo universal, porque todo mundo participa em seu financiamento, através de altos impostos (de 42 a 63% do rendimento, mais 25% sobre o consumo). Todo mundo também recebe o retorno em forma de educação gratuita, acrescida de bolsas de estudo não-reembolsáveis a todos os estudantes universitários, serviço de

saúde pública, gratuita e de qualidade, para todos. Há subsídio desemprego de 75% sobre o último salário, ou assistência social elevada para todos os sem-rendimentos, etc. Isto resulta em pouca pobreza, pouca criminalidade e violência, e grande igualdade, seja econômica, seja entre homens e mulheres. Ou seja, o modelo nórdico funciona pelo princípio: *de todos para todos*. Na Europa continental, o modelo é diferente. Ele é chamado seletivo, porque seleciona quem vai ser beneficiado e quem não o será. O princípio é que o beneficiário tem de merecer ajuda, e que a primeira entidade a dar ajuda deve ser a família. O financiamento é levantado, em grande parte, por meio de seguros obrigatórios, pagos por quem trabalha. Por outro lado, só os que trabalharam recebem ajuda. Famílias com crianças não são apoiadas por creches baratas, mas recebem descontos no imposto de renda. Isto tem duas consequências: quem tem salário alto também

O Estado de Bem-Estar Social é resultado de luta. Os primeiros passos foram feitos há mais de cem anos, mas no começo ele era muito embrionário. O avanço inicial foi feito em 1933, no meio da grave crise daqueles anos

recebe mais; em lugar de colocar as crianças nas creches, as mulheres ficam em casa, perdem oportunidades na carreira profissional, têm menos salário e geram menos poupança para as suas aposentadorias. O resultado é uma divisão social. Quem esteve no mercado de trabalho durante a maior parte da vida adulta se dá bem, com um sistema razoavelmente generoso, mas os excluídos ficam excluídos. Não é um sistema redistributivo, porém é um sistema de segurança. Pode-se dizer que o sistema funciona pelo princípio: *ajuda para auto-ajuda*.

O terceiro modelo, predominante nos países anglo-saxônicos, é chamado de modelo residual porque só ajuda aqueles que não conseguem gerar renda no mercado de trabalho. O resto do povo só tem segurança social se eles optam por fazer seguros individualmente. Na versão estadunidense, não há subsídio desemprego, nem educação ou saúde de graça. Assim, quem não tem dinheiro, ou não tem pais com dinheiro, acaba não tendo acesso à boa educação, mesmo se são estudantes com atributos. Isto gera pobreza e também resulta em perdas econômicas, porque muitas pessoas com habilidade e vontade freqüentemente acabam atingindo só baixas qualificações. Há aqueles que dizem, por esta razão, que *bem-estar só para os pobres acaba por ser um pobre bem-estar*.

Portanto, avaliados, o modelo mais efetivo, econômica e socialmente, acaba sendo o universal. Ele provê segurança, a qual encoraja ao risco. Gera a possibilidade de todas as pessoas se educarem na área onde têm as melhores habilidades, o que as faz mais produtivas e, em nível subjetivo, felizes. Igualmente, possibilita às mulheres permanecerem no mercado de trabalho. Assim sendo, ele aumenta a oferta de mão-de-obra e, com isto, a produtividade do país.

O modelo universal também aumenta os salários dos trabalhadores, porque o subsídio-desemprego faz as pessoas menos desesperadas por pegar qualquer emprego. Portanto, ele pressiona as empresas a efetivamente organizarem o processo produtivo e a usarem a melhor tecnologia. Mais, ele pressiona as empresas a produzirem com alta qualidade, porque não podem produzir produtos baratos. O resultado é também uma alta produtividade, que gera competitividade e boa economia. Ou seja, ao contrário do que argumenta a direita, o Estado de Bem-Estar Social não é um peso para a economia. Ele realmente faz o país competitivo e o torna mais rico.

¹ *uma palavra grega que significa crença comum ou opinião popular [...] em oposição ao saber verdadeiro, episteme. Ver <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Doxa>>*

Fotos: Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira



Despejo criminoso

Uma barraca construída com lona e pedaços de madeira permanece intacta em meio aos escombros no Km 55 da BR-470, no Bairro Salto do Norte, em Blumenau. É o símbolo da resistência das oito famílias que residiam no local e foram despejadas dia 23 de agosto.

- O trator passou por cima de tudo. Fazia 13 anos que morávamos aqui - relembra o morador Ireno Prudente, 52.

Natural de São Miguel d'Oeste, ele conta ter comprado o terreno de uma vizinha que falecera. O caso está na Justiça. Os moradores reivindicam indenização. As cerca de 30 pessoas que moravam no local buscaram abrigo na casa de familiares e amigos. Duas famílias recorreram ao aluguel pela Semascri.

- Isso não é jeito de tratar ser humano - contesta Vanilde da Silva, 41, que também teve a casa destruída.

O DNIT informou que a área pertence à União. Enquanto moradores de baixa renda são violentamente removidas de suas casas, à beira da BR-470, o mesmo tratamento não é dispensado aos estabelecimentos construídos na margem esquerda do Rio Itajaí Açu, no Centro da cidade. Direito à moradia é lei apenas no papel?



Magali Moser

Parceria UFSC - FURB

Dia 29 de agosto último foi realizada uma reunião institucional em Florianópolis em relação à parceria UFSC-FURB, na qual o SINSEPES também foi convidado a participar. Além do que já foi noticiado pela imprensa e em nota oficial pela reitoria da FURB, acrescentamos as seguintes impressões a respeito das conversações: fatos positivos:

- a) há uma disposição para negociar uma parceria entre as duas universidades,
- b) não há uma definição impositiva até o momento no formato da parceria,
- c) há uma grupo de trabalho nomeado pela UFSC para tratar das questões específicas desse acordo juntamente com o grupo de trabalho da FURB.

A reitoria da UFSC estava incomodada com declarações de parte da imprensa em Blumenau sobre essas negociações mas há muito o que conversar ainda entre as duas partes. A greve e a paralização das atividades na UFSC durante cerca de 70 dias e disputas internas de cunho político retardaram o avanço maior desse entendimento. A reitoria da UFSC declarou que tem dado a atenção devida a essa questão dentro do que foi possível tratar nesse período de tempo, sempre respeitando a comunidade regional e a história da FURB.

A proposta da FURB ainda não foi bem interpretada pois não houve exposição mais pormenorizada das questões operacionais e administrativas de nossa realidade. A proposta citada não é reprodução do modelo convencional de expansão do REUNI e ainda há muitos encaminhamentos para a construção de um marco legal para isso.

O MEC em ofício enviado a UFSC declara não haver óbices legais e delega um entendimento entre as duas instituições. Para nós isso não é suficiente, pois há questões importantes que devem ainda ser tratadas pelo governo e pelas representações políticas envolvidas, pois a UFSC tem autonomia mas não tem soberania sobre certas questões de ordem legal para viabilizar operacionalmente essa parceria, isso ficou claro na reunião citada.

Vemos que deve haver uma disposição de todas as partes em inovar e ousar dentro de uma segurança jurídica. A parceria visa alinhar objetivos e metas de forma a estabelecer uma colaboração mútua para o início da oferta de vagas federais no Vale do Itajaí. Não é federalização da FURB ainda, mas a luta continua.

Metalúrgicos vão às urnas

Valmor Machado foi reeleito para um mandato de mais quatro anos à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Blumenau. A eleição para renovação da diretoria do Sindicato ocorreu dia 16 de agosto, das 8h às 18h ininterruptamente. Uma urna esteve fixa na sede da entidade e nove urnas itinerantes percorreram todas as empresas onde há sócios para a coleta de votos.

Chapa única disputou a eleição. Apesar da chapa única, é necessário ter quorum de 51% dos trabalhadores aptos a votarem. O piso da categoria hoje em Blumenau é de R\$ 912,00.

Pauta de Reivindicações

A reitoria enviou ofício ao SINSEPES, em atendimento a pauta de reivindicações 2012 que trata da revisão e alteração das Resoluções 30/97 e 17/2008 simplificando critérios e trâmites burocráticos para afastamento de servidores técnico administrativos para cursos de pós-graduação. A proposta será apresentada e discutida em Assembléia nesse mês de setembro.

Pauta de Reivindicações 2

As reuniões calendarizadas foram algumas vezes adiadas por solicitação da reitoria para levantamento de estatísticas que tem por objetivo de avaliar impactos sobre o orçamento. A COPLAN tem participado das reuniões junto com a PROAD e temos aguardado respostas para as questões que tratam da regulamentação da situação de plantão e sobreaviso e do banco de horas. A regulamentação referente a conversão de férias em abono pecuniário aguarda também uma avaliação pela PROAD. Os servidores tem questionado e enviado sugestões mais urgentes para essa discussão, em especial o que estabelece as condições para gozo de licença-prêmio e do benefício do auxílio-alimentação.

Breve Romance de Ornitorrinco

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, *escritor e historiador*

<viegas@furb.br>

CAPÍTULO I: GÊNESE

Ornitorrincos pastam tranquilamente sob a janela. Posso vê-los daqui, e escutar o barulho que fazem. Estão felizes neste pasto urbano e me ignoram totalmente, o que apenas comprova sua inteligência ornitorrinquica.

CAPÍTULO II: DA REALIDADE

Hoje contarei ornitorrincos para acordar.

CAPÍTULO III: REVELAÇÃO

Os ornitorrincos que pastam nos jardins da memória são ainda mais exóticos que estes das fotos de enciclopédia. Não me dão bola, é verdade, mas ainda assim consigo cavalgar os alados. Não sei se você sabe, mas os alados não enxergam, e só por isso permitem-me aproximação. Quando percebem meu peso sobre o dorso, tratam de alçar voo. Há toda uma comunidade de ornitorrincos que gostam de ornitorrinçar sob meus olhos.

CAPÍTULO IV: FILOSOFIA ORNITORRINQUICA

Ornitorrincos também falam? Tem um aqui agora, desgarrado do bando, querendo discutir Kant. Recusei-me, claro. Ornitorrincos não deveriam discutir Kant. Ornitorrincos deveriam discutir poesia.

CAPÍTULO V: RELIGIÃO ORNITORRINQUICA, OU DE QUANDO ORNITORRINCOS PASSARAM A SER UM

Ornitorrinco por muito tempo acreditava que para haver oração, havia de se ter Deus. Porém um gramático lhe explicou que para haver oração, há de se ter verbo. Entre verbo e Deus, Ornitorrinco escolheu o ponto de exclamação!

CAPÍTULO VI: DE QUANDO ORNITORRINCO PASSA A DESCONFIAR DA MINHA SANIDADE MENTAL

Disse a ornitorrinco que se alcança a filosofia por meio da poesia. Ele ouviu, mas agora me olha desconfiado.

CAPÍTULO VII: ORNITORRINCO VOLTA A SER MUITOS

Ornitorrincos despertam a curiosidade. Que fazem nesta cidade, pastando neste asfalto quente?

CAPÍTULO VIII: A INCOMPREENSÃO DESPERTA A IRA

Pessoas pequenas estão tentando matar o ornitorrinco. Ornitorrinco não teme pessoas pequenas. Ornitorrinco aprendeu a voar!

CAPÍTULO IX: ORNITORRINCO PASSA A CONHECER A HUMANIDADE

Ornitorrinco voa entre nuvens pesadas e frias.

CAPÍTULO X: ORNITORRINCO REVELA O FARDO DE UMA ESCOLHA

Chove muito lá fora, e faz frio. Ornitorrinco, para se aquecer, veio aninhar-se ao meu lado. Aninhados, confidencia-me que não enxerga, que não pode enxergar, e como não possui mãos, também não pode saber como são meus traços, se sou pintura, desenho ou rascunho. Ornitorrinco gostaria muito de enxergar, mas um dia lhe obrigaram à escolha. Por isso voa. Voar, disse-me, tem também seu fardo.

CAPÍTULO XI: DA RESPOSTA DE ORNITORRINCO AO SUJEITO QUE LHE TENTOU EXPULSAR DA BIBLIOTECA

Ainda há pouco o sujeito interpelou-nos, alterado. Aos gritos, estabeleceu que ornitorrincos não podem frequentar bibliotecas, templo vedado a qualquer não-humano. Antes, porém, que eu pudesse me alterar com o sujeito, Ornitorrinco achegou-se com os ouvidos ao seu peito, assim mesmo, na maior tranquilidade, sedutoramente, e colocou-se mudo ouvindo-lhe o interior agitado, para diag-

nosticar: "Peito que reverbera preconceito, é peito vazado das carnes, é peito desfiladeiro, é peito sem eito, sem lavra, sem fio. É peito que merece pena, morada de ossos sem beira, tecitura do vazio."

CAPÍTULO XII: DE QUANDO ORNITORRINCO SE DESCOBRE ABANDONADO PELO BANDO

Difícil é viver o exílio em meio a seus pares. Porque aprendeu a voar, Ornitorrinco fora deixado no alto do campanário. Podia seguir seu bando, claro, mas deixara-se ficar ali, abandonado, como que morto, ou louco, sei lá. Afinal, ornitorrinco alado é guardador dos segredos que lhe canta o vento, sabedor de almas, pastor de enredos. Então há todo este medo no bando que se basta no pasto. Basta-se no pasto, claro, não se pode suficiente depois que descobertas as asas ao alcance de uma escolha. Mas cadê coragem para a escolha? Enxergar a miséria de um chão, ou trocar olhos por asas?

"Voar é modo de enxergar", ainda ensaiou dizer Ornitorrinco aos seus. Preferiu, entretanto, respirar os ares do campanário, na companhia dos pombos.

CAPÍTULO XIII: DE QUANDO ORNITORRINCO EMBRIAGOU-SE DE VIDA; OU, DOS DIÁLOGOS DIONISIÁCOS

Ornitorrinco me grita do alto da vida, o quanto me resta de vinho na pipa.

CAPÍTULO ACIDENTAL: PEDIDO URGENTE AOS AMIGOS

Há dias não vejo Ornitorrinco. Sobre o campanário, não está. Não borra minha janela, seu focinho, coisa da qual tanto gostava. Também não o vejo pastando no asfalto, ou refestelado sobre o capô do fusca velho esquecido naquele canto do estacionamento. Ornitorrinco me faz falta, e ainda não me ensinou a voar. Como pode sumir assim? Aos meus amigos verdadeiros suplico, tragam-me notícias de Ornitorrinco..



O Kinder Ovo e a surpresa

Em outubro, na maior festa da democracia bianual, escolheremos nosso Kinder ovo, mas não será brinquedo a surpresa que o acompanha

POR **RODRIGO DALMOLLIN**, publicitário e gestor cultural

<rodrigodalmolin76@gmail.com>

Outro dia uma amiga me contava pelo telefone que se deliciava com um Kinder Ovo. E como criança, aguardava a surpresa que acompanha o delicioso chocolate. Em outubro, na maior festa da democracia bianual, escolheremos nosso Kinder Ovo, mas não será brinquedo a surpresa que o acompanha. Reflitamos sobre a seriedade de nossas escolhas e o tamanho da surpresa não revelada.

Nosso modelo democrático autoriza a população ao voto direto apenas nos cabeças de chapa, em 2012, serão prefeitos e vereadores. Os partidos políticos em suas pré e convenções, escolhem os candidatos, aqueles que conhecemos, que vão à campo, rua a rua, aperto de mão em aperto de mão, pedindo nosso apoio através do voto. Legítimo, pois todos crêem, ou dizem crer, que são a melhor opção, e esforçam-se para convencer-nos. O fato esquecido é a surpresa que vem com o Kinder Ovo, e que surpresa!

Ao contrário da criança que certamente terá um brinquedo - e para quem a maior ameaça é ter peças pequenas e impróprias para menores de três anos - nossos kinder-candidatos trazem grandes surpresas no pacote. Por vezes surpresas até para eles.

Na composição política, as alianças potencializam a energia para a vitória, atraem material humano pra tocar a campanha, levantam fundos em recursos e

estrutura e garantem o desejado espaço em mídias eleitorais. Mas todo apoio tem preço, e é muita gente envolvida neste universo de infundáveis promessas.

Após eleito, o problema está em encontrar uma fórmula para montar o brinquedo. Não são simples instruções e poucos minutos para se começar a brincar, como no inocente chocolate.

Por vezes nem Dr. Frankenstein daria conta de juntar num mesmo organismo peças de brinquedos tão diferentes. Imaginem tentar juntar roda de trator em cabeça de Playmobil, penacho de peteca em bambolê. Acaba por deixar o dito brinquedo não funcional. E aqui reside a reflexão.

Nosso modelo político permite alguns equívocos no ponto de vista da gestão pública. As dezenas de leis vigentes não dão conta de limitar alguns delírios na definição por competência dos colaboradores nas unidades públicas. Falo dos cargos livres de concurso, os comissionados ou cargos de confiança, que são preenchidos a cada governo e ocupam secretarias e autarquias.

O fato é que na composição das cadeiras de confiança temos surpresa de vereador, surpresa do secretário, surpresa do partido, forçando a atuar em conjunto, muitos (nem sempre aliados) políticos numa mesma pasta, num mesmo governo. Essa salada indigesta causa náusea política, e pudera que os resultados das unidades públicas estão muito aquém

dos investimentos que nossos impostos bancam.

Os representantes ou gestores da coisa pública, ao fazerem um mau uso do recurso, seja por falta de conhecimento ou por outros motivos fazem com que a conta seja sempre paga pela sociedade.

Nosso modelo político é democrático e medieval, pois ainda são senhores feudais que decidem quem senta em que posto, a revelia das necessidades dos eleitores-cidadãos-contribuintes. Este entendimento está enraizado nas correntes partidárias, pois é um problema de modelo, que soma-se a um povo desinteressado em política. O velho pão e circo romano é re-editado em asfalto, postinho de saúde e creche.

A cada nova festa da democracia os belos discursos encantam, campanhas ricamente elaboradas nos convencem que seus garotos-propaganda são mil e uma utilidades.

Que no mês das crianças, Nossa Senhora Aparecida abençoe as decisões, e traga-nos chocolates, porque surpresas certamente virão.

A cada nova festa da democracia os belos discursos encantam, campanhas ricamente elaboradas nos convencem que seus garotos-propaganda são mil e uma utilidades. Que no mês das crianças, Nossa Senhora Aparecida abençoe as decisões, e traga-nos chocolates, porque surpresas certamente virão

